



# Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

## PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

**PARECER JURÍDICO Nº: 35**

**INTERESSADO:** Câmara Municipal de Votuporanga

**REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 31/2026**

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a exigência de Certidão de Antecedentes Criminais para a admissão em instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes no Município.

**DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI Nº 31/2026- DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS PARA A ADMISSÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS QUE DESENVOLVAM ATIVIDADES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO. A PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA REPRODUZ, EM PARTE, LEGISLAÇÃO FEDERAL EXISTENTE, NÃO HAVENDO AFRONTA À COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO E DOS ESTADOS SOBRE A MATÉRIA, AUSENTE, PORTANTO INCONSTITUCIONALIDADE, NESTE**





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**PARTICULAR. A DISPONIBILIZAÇÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS AOS PAIS E RESPONSÁVEIS É COMPATÍVEL COM O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO, PREVALECENDO SOBRE A PROTEÇÃO DA INTIMIDADE E DOS DADOS PESSOAIS, NO CONTEXTO DA LEI. A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA POR CRIMES DOLOSOS CONTRA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES, MESMO SEM TRÂNSITO EM JULGADO, É COMPATÍVEL COM OS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO INTERESSE PÚBLICO. A MERA REPRODUÇÃO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL POR NORMA MUNICIPAL NÃO CONFIGURA INCONSTITUCIONALIDADE. O DIREITO À INFORMAÇÃO PODE PREVALECER SOBRE A PROTEÇÃO DA INTIMIDADE E DADOS PESSOAIS EM CONTEXTOS ESPECÍFICOS DE INTERESSE PÚBLICO.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Votuporanga:

### I- DO RELATÓRIO

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei 31/2026, de autoria do vereador Cabo Renato Abdala, que ***“Dispõe sobre a exigência de Certidão de Antecedentes Criminais para a admissão em instituições públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes no Município”***.

Inicialmente, conforme justificativa apresentada pelo Vereador, a presente proposição tem como objetivo reforçar a proteção integral de crianças e adolescentes no âmbito do Município de Votuporanga, mediante a exigência de apresentação periódica de certidão de antecedentes criminais por aqueles que



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

atuem diretamente com menores em instituições privadas, conveniadas ou que recebam recursos públicos municipais.

A medida encontra respaldo na Lei Federal nº 14.811/2024, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069/1990), acrescentando o artigo 59-A, o qual determina que trabalhadores de instituições sociais públicas e privadas que atendam crianças e adolescentes apresentem certidão de antecedentes criminais atualizada a cada seis meses.

Trata-se de uma política nacional de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, que pode e deve ser suplementada pela legislação municipal, conforme prevê o artigo 30, inciso II, da Constituição Federal, que autoriza os municípios a legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual.

Assim, o presente projeto não invade competência privativa do Executivo, pois não trata do regime jurídico dos servidores públicos municipais, mas sim de instituições privadas e conveniadas, cuja regulamentação pode ser feita por iniciativa do Legislativo.

Ademais, acompanha a presente proposta legislativa decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que reconheceu a constitucionalidade de lei idêntica do Município de São José do Rio Preto (Lei nº 14.742, de 16 de dezembro de 2024), já transitada em julgado.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do projeto de Lei nº 31/2026, com a respectiva justificativa; (ii) e Acórdão nº 2025512-77.2025.8.26.0000, declaração de voto convergente e certidão de trânsito em julgado.

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

### II- DA ANÁLISE JURÍDICA

Primeiramente, cumpre-nos ressaltar que escapa das atribuições desta Procuradoria a análise do mérito de proposições legislativas, sendo nossa orientação restrita à verificação da competência e da iniciativa.

Inicialmente, com relação à competência municipal para legislar sobre a matéria abordada, é de se notar que o projeto versa sobre matéria de competência do Município, em razão de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal e no artigo 8º, incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Votuporanga, vejamos:

***“Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;***

***II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber”;*** (grifo nosso)





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

***“Art. 8º Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local”;***

***II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”;*** (grifo nosso).

O referido Projeto de Lei, deve ser aprovado por MAIORIA SIMPLES dos membros do Legislativo, conforme artigo 40, da Lei Orgânica de Votuporanga:

***“Art. 40. As leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções serão aprovadas por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta da Câmara Municipal, em um único turno de votação, salvo disposições contidas nesta Lei Orgânica”.*** (grifo nosso).

A Lei Orgânica do Município de Votuporanga, dispõe que é competência Privativa do Prefeito:

***“Art. 38. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município, ressalvadas as hipóteses de iniciativa privada.***





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**Parágrafo único. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:**

*I - plano plurianual;*

*II - diretrizes orçamentárias;*

*III - lei orçamentária;*

*IV - regime jurídico dos servidores municipais;*

*V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na administração direta, indireta e fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto no inciso XIII do art. 20; e*

*VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos da administração pública municipal direta, indireta e fundacional, exceto as fundações de direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público”. (grifo nosso).*

Nesse sentido, também dispõe o Regimento interno da Câmara de Votuporanga:

**“Art. 144. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:**

*I - plano plurianual;*

*II - diretrizes orçamentárias;*

*III - lei orçamentária;*

*IV - regime jurídico dos servidores públicos;*

*V - criação e extinção de cargos, funções e empregos na Administração Direta, Indireta e Fundacional, bem como a fixação da respectiva remuneração, exceto as fundações de*





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*direito privado instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público e o previsto na Lei Orgânica do Município.*

*VI - criação, estrutura e atribuições de órgãos na Administração Pública Municipal Direta, Indireta e Fundacional". (grifo nosso).*

De outro lado, a decisão do STF em repercussão geral definiu o tema 917 para reafirmar que:

**"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal)."** Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte". (grifo nosso).

A proposta legislativa reproduz, em seu artigo 1º, regra prevista na legislação federal, constante do artigo 59-A, caput e parágrafo único do ECA, incluída pela Lei Federal 14.811/24:

***"Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que***





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. (grifo nosso).*

O artigo 24 da Constituição Federal estabelece a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre: **“XV - proteção à infância e à juventude”**.

Os Municípios, portanto, não compartilham de tal competência, cabendo a tal ente federativo, fundamentalmente, a competência para legislar sobre “assuntos de interesse local” (CF, art. 30, I) e “suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (CF, art. 30, II).

A competência municipal suplementar, por sua vez, segue os mesmos critérios que orientam o exercício da competência legislativa concorrente: uma vez **“estabelecida pela União a arquitetura normativa”, cabe aos Estados, “além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender suas peculiaridades locais, respeitados os critérios (i) da preponderância do interesse local, (ii) do exaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais até mesmo para se prevenir conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares e (iii) da vedação da proteção**





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*insuficiente*". (STF, ADI 5.224/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Rosa Weber, 09/03/2022, DJe 17/03/2022).

Nesse sentido, a mera reprodução de legislação federal já existente, por não produzir qualquer inovação normativa na matéria, não caracteriza invasão de competência legislativa da União ou dos Estados, certo que a inconstitucionalidade somente se verifica quando a lei municipal conflita com matéria de competência de outro ente federativo.

Assim decidiu o mais recente precedente deste Órgão Especial:

***“DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. REPRODUÇÃO DE TEXTO DE NORMA GERAL POSTA PELA UNIÃO. INCONSTITUCIONALIDADE INEXISTENTE. I. Caso em Exame 1. Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo contra o artigo 4º, inciso I, da Lei nº 3.466/2016, do Município de Mairinque, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como organizações sociais. Alega-se afronta à Constituição do Estado de São Paulo e à competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação. II. Questão em Discussão 2. A questão em discussão consiste em determinar se a legislação municipal usurpa a competência privativa da União ao dispor sobre a estruturação do conselho de administração das organizações sociais, em desacordo com a***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*Lei Federal nº 9.637/1998. III. Razões de Decidir 3. Embora a União já tenha exercido sua competência legislativa privativa ao editar a Lei nº 9.637/1998, que estabelece normas gerais para a qualificação de entidades como organizações sociais incluindo a estruturação de seus conselhos de administração a legislação municipal impugnada não apresenta vício constitucional por somente replicar conteúdo da norma geral.*

*IV. Dispositivo e Tese 4. Pedido julgado improcedente. Declaração de constitucionalidade da Lei nº 4.319/2024, que alterou a redação do inciso I, do artigo 4º, da Lei nº 3.466/2016, do Município de Mairinque. 5. Tese de julgamento: 1. A competência para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação é privativa da União. 2. A legislação municipal que reafirma a norma geral federal é constitucional. Legislação Citada: CF/1988, art. 22, XXVII; art. 30, I e II; art. 37, XXI. Lei nº 9.637/1998. Jurisprudência Citada: STF, RE 1318552 AgR, 2ª Turma, Rel. Min. Edson Fachin, j. 15.09.2021, DJe 22.09.2021. STF, ARE 1477401 EDAGr, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 22.04.2024. TJSP, ADI 2235769-85.2022.8.26.0000, Rel. Jacob Valente, j. 08.03.2023". (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2255070-47.2024.8.26.0000; Relator (a): Figueiredo Gonçalves; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 14/05/2025; Data de Registro: 17/05/2025)."(grifo nosso).*

Portanto, fica afastada a inconstitucionalidade do artigo 1º, pois ausente incompatibilidade com os artigos 24, XV e 30, I e II da Constituição Federal e artigo 144 da Constituição Estadual.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Em situação análoga, na ADI nº 2025512-77.2025.8.26.0000, ajuizada em face da Lei nº 14.742, de 16 de dezembro de 2024, do Município de São José do Rio Preto, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reconheceu a constitucionalidade da norma impugnada. Vejamos:

**“EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. I. Caso em Exame 1. Ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei nº 14.742/2024, que exige atestado de antecedentes criminais para admissão em instituições que atuam com crianças e adolescentes, dá acesso aos pais e responsáveis e veda a contratação de pessoas com sentença condenatória por crime doloso contra criança ou adolescente, mesmo sem trânsito em julgado. II. Questão em Discussão 2. A questão em discussão consiste em determinar se a Lei Municipal nº 14.742/2024 viola a competência legislativa concorrente exclusiva da União e dos Estados ao reproduzir norma prevista em lei federal a respeito da proteção de crianças e adolescentes, bem como se há inconstitucionalidade na liberação do acesso dos pais e responsáveis a informações dos funcionários e na proibição da contratação de funcionários condenados por crimes contra criança e adolescente antes do trânsito em julgado. III. Razões de Decidir 3. A norma municipal reproduz, em parte, legislação federal existente, não havendo afronta à competência legislativa da União e dos Estados sobre a matéria, ausente, portanto, inconstitucionalidade, neste particular. 4. A disponibilização de antecedentes criminais aos pais e responsáveis é compatível com o direito de acesso à**





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

informação, prevalecendo sobre a proteção da intimidade e dos dados pessoais, no contexto da lei. 5. A vedação de contratação de pessoas com sentença condenatória por crimes dolosos contra crianças ou adolescentes, mesmo sem trânsito em julgado, é compatível com os princípios da moralidade administrativa e do interesse público. IV. Dispositivo e Tese 5. Ação julgada improcedente. Tese de julgamento: 1. A mera reprodução de legislação federal por norma municipal não configura inconstitucionalidade. 2. O direito à informação pode prevalecer sobre a proteção da intimidade e dados pessoais em contextos específicos de interesse público. Legislação Citada: CF/1988, art. 24, XV; art. 30, I e II; art. 37; art. 5º, XXXIII. Constituição Estadual, art. 144. Jurisprudência Citada: STF, ADI 5.224/SP, Rel. Min. Rosa Weber, 09/03/2022. TJSP, Direta de Inconstitucionalidade 2255070-47.2024.8.26.0000; Relator (a): Figueiredo Gonçalves; Data do Julgamento: 14/05/2025; autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2025512-77.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DOMUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, é réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.” (grifo nosso).

Cumpre transcrever trechos relevantes do acórdão mencionado:

“Por outro lado, no tocante à disponibilização dos antecedentes criminais dos funcionários aos pais e responsáveis, vale anotar que o acesso do cidadão às informações de interesse público é assegurado pelo artigo 5º, XXXIII da CF, segundo o qual, “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de





## Câmara Municipal de Votuporanga PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento) (Vide Lei nº 12.527, de 2011)”.*

*Sopesando os valores constitucionais e os bens jurídicos envolvidos, há que prevalecer o direito de acesso à informação, em detrimento da proteção dos dados pessoais, da imagem ou intimidade do funcionário contratado. Mesmo porque, não há que se falar em proteção da intimidade sobre uma conduta ilícita que atinge a personalidade e a esfera jurídica de alguém que não compartilha da esfera íntima do infrator, tendo a sociedade o direito de se informar a esse respeito, mormente no contexto da lei em questão.*

*Tampouco vislumbro hipótese de sigilo imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, que possa justificar a exceção ao princípio da transparência e publicidade das atividades da administração pública e o direito do usuário de ter acesso a registros administrativos, ambos tutelados pelo artigo 37 da Constituição Federal:*

***“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...). § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (...) I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral,***





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; ((Vide Lei nº 12.527, de 2011)*

Pelo contrário, no contexto da lei em questão, o direito à informação se mostra mais importante para a segurança da sociedade do que a proteção dos dados do interessado.

Por fim, com relação à impossibilidade de contratação de pessoas com sentença condenatória (não transitada em julgado) por crime doloso contra criança ou adolescente, não vislumbro inconstitucionalidade.

Não se olvida da competência privativa da União para legislar sobre regras de direito penal, do trabalho e de regime jurídico de servidores, em razão do disposto nos artigos 22, I e 61, §1º da Constituição Federal. A disposição impugnada, porém, não trata do regime jurídico dos servidores, tampouco sobre regras de direito penal ou direito político, mas dispõe sobre **“parâmetros éticos relacionados à aptidão para ocupação de cargos públicos”**, ou seja, sobre **“exigências que devem ser interpretadas com enfoque nos princípios da eficiência, interesse público e moralidade administrativa”**.

Nesse sentido, ela vai ao encontro do disposto no artigo 111 da Constituição Estadual:



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*“Artigo 111 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, finalidade, motivação, interesse público e eficiência”.*

A restrição imposta pela lei impugnada está em consonância com o princípio da moralidade administrativa e com o interesse público. No julgamento do **Recurso Extraordinário 570.392**, o C. STF, ao tratar de hipótese de nepotismo, se posicionou no sentido de que **“esse tipo de conteúdo normativo (proibindo nomeações com base na moralidade administrativa) está voltado ao atendimento do interesse público”** (Direta de Inconstitucionalidade nº 2018103-55.2022.8.26.0000, Rel. Designado Des. FERREIRA RODRIGUES, j. 01/02/2023).

Assim constou da ementa do acórdão proferido no julgamento do referido RE 570.392/RS, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 11-12-2014:

***“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. LEI PROIBITIVA DE NEPOTISMO. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA LEGISLATIVA: INEXISTÊNCIA. NORMA COERENTE COM OS PRINCÍPIOS DO ART. 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PROVIDO. (...) 2. Não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública: leis com esse conteúdo normativo dão concretude aos princípios da moralidade e da impessoalidade do art. 37, caput,***





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**da Constituição da República, que, ademais, têm aplicabilidade imediata, ou seja, independente de lei. Precedentes. Súmula Vinculante n. 13”.**

Do inteiro teor do acórdão se extrai:

**3. Conforme assentado na análise da repercussão geral, o objeto deste recurso extraordinário é a definição da natureza de norma que impede a prática de nepotismo, ou seja, se teria natureza de norma sobre “servidores públicos (...), seu regime jurídico, provimento de cargos”, cuja iniciativa legislativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, inc. II, alínea c, da Constituição da República. (...) Se os princípios do art. 37, caput, da Constituição da República sequer precisam de lei para serem obrigatoriamente observados, não há vício de iniciativa legislativa em norma editada com o objetivo de dar eficácia específica àqueles princípios e estabelecer casos nos quais, inquestionavelmente, configurariam comportamentos administrativamente imorais ou não isonômicos.**

No mesmo sentido, o entendimento firmado no RE 1.308.883/SP, Rel. Min. Edson Fachin, 07-04-2021:

**“Na verdade, ao vedar a nomeação de agentes públicos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do município, condenados nos termos da Lei federal nº 11.340/2006, a norma impugnada impôs regra geral de moralidade administrativa,**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**visando dar concretude aos princípios elencados no caput do art. 37 da Constituição Federal, cuja aplicação independem de lei em sentido estrito e não se submetem a uma interpretação restritiva.**

***Destaco que quando do julgamento do RE 570.392, Rel. Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJe 18.02.2015, Tema 29 da Repercussão Geral, o Tribunal assentou a tese de que não é privativa do Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa legislativa de lei sobre nepotismo na Administração Pública”.***

Assim, há razoabilidade e proporcionalidade na priorização dos valores constitucionais em questão em detrimento do direito à intimidade e proteção de dados pessoais, não havendo que se falar em inconstitucionalidade.”

Nesse sentido já decidiu este Órgão Especial, em casos análogos:

***“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Município de Santo André. Lei n. 10.283, de 18 de fevereiro de 2020, de iniciativa parlamentar, que proíbe a ocupação de cargos públicos por pessoas condenadas pela prática de (i) crimes de violência física, psicológica ou sexual contra mulher; (ii) crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes; e (iii) crimes previstos no Estatuto do Idoso. 2. Alegação de vício de iniciativa, ofensa ao princípio da separação dos poderes, violação do pacto federativo e incompatibilidade com o artigo 111 da Constituição Estadual. Rejeição. Norma impugnada que não***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

**versa sobre regime jurídico dos servidores ou sobre regras de direito penal ou direito político, e sim (e antes de tudo) sobre parâmetros éticos relacionados à aptidão para ocupação de cargos públicos, conforme já decidido por este C. Órgão Especial, por exemplo, na ADIN n. 2265030-37.2018.8.26.0000, julgada em 27/03/2019. Questão que se assemelha à conhecida incompatibilidade decorrente de nepotismo, em relação à qual o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou em sede de repercussão geral (Tema 29), reconhecendo que esse tipo de conteúdo normativo (proibindo nomeações com base na moralidade administrativa) está voltado ao atendimento do interesse público (RE 570.392), o que justifica a competência legislativa concorrente. Foi esse, aliás, o fundamento adotado no Recurso Extraordinário n. 1.308.883, de relatoria do Ministro Edson Fachin, julgado em 07/04/2021, quando o Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a validade de norma semelhante, reformou decisão deste E. Órgão Especial, proferida na ADIN 2280914-72.2019.8.26.0000, em tema referente à vedação de nomeação de pessoas condenadas por violência doméstica (Lei Federal n. 11.340/2006). Posicionamento que foi reafirmado pelo STF, em data recente (22/11/2022), no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo n. 1.391.979/RS. 3. Hipótese de ofensa aos princípios da legalidade e isonomia. Rejeição. É certo que a norma municipal, objeto da impugnação, limita a proibição de nomeações às pessoas condenadas por crimes específicos (indicados no item "1" acima), sem alusão aos demais tipos penais, o que, em tese, poderia indicar hipótese de quebra de isonomia no tratamento**



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*conferido às pessoas condenadas criminalmente (para acesso a cargos públicos). É importante considerar, entretanto, que o legislador municipal, no caso, não fez nenhuma distinção (e muito menos distinção arbitrária) entre as condenações pelos crimes especificados (indicados no item "1" acima) e as condenações por crimes de outra natureza. Norma impugnada que se limitou a selecionar determinadas condenações penais (que considerou relevantes) para destacar, de forma específica e expressa, a proibição de acesso a cargos públicos, sem, no entanto, permitir ainda que de forma implícita, a exclusão ou abrandamento das restrições (decorrentes da moralidade administrativa) em relação às pessoas condenadas por crimes de outra natureza, ou seja, a opção legislativa (que certamente buscou dar resposta à insatisfação e preocupação da sociedade com o recrudescimento de determinadas condutas criminosas) não implica, absolutamente, algum tipo de autorização (ou liberação) para que pessoas condenadas por outros crimes possam ser nomeadas. E se não existe qualquer distinção entre os crimes especificados e os demais tipos penais, e se o Administrador (mesmo diante da norma impugnada) ainda continua obrigado a observar as restrições decorrentes da moralidade administrativa em relação aos crimes que não foram objeto de especificação, não se há de cogitar de tratamento privilegiado e ofensa ao princípio da isonomia. Objetivo do legislador que, nesse caso, longe de criar distinção e permitir nomeações de pessoas condenadas por outros crimes (não especificados na norma impugnada), foi somente conferir concretude ao princípio da moralidade administrativa,*





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*sinalizando que, além dos efeitos penais, a prática daquelas condutas, objeto de preocupação específica da sociedade civil, encontrarão consequências também na esfera administrativa, mediante proibição de acesso a cargos públicos (por questão de moralidade).* 3.1 - *É a particularidade que justifica o reconhecimento de validade da lei impugnada, pois, conforme princípio de hermenêutica, "na interpretação deve-se sempre preferir a inteligência que faz sentido à que não faz". E não teria sentido declarar a inconstitucionalidade de uma lei editada com base na moralidade administrativa, mediante presunção de que essa forma de proteção do interesse público (a proibição de nomeação de pessoas condenadas pelos delitos especificados), poderia favorecer pessoas condenadas por outros crimes. Risco que, na verdade, não existe, pois a moralidade administrativa, como destacou o Supremo Tribunal Federal, decorre diretamente da Constituição Federal e, como tal, deve ser observada (obrigatoriamente) pelos agentes públicos, independentemente da existência, ou não, de lei expressa tratando da questão. Ademais, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, os princípios constitucionais são "compatíveis com vários graus de concretização". Vale dizer, na sua aplicação "não se obedece à lógica do tudo ou nada", daí não existir vício de inconstitucionalidade no destaque de apenas alguns crimes para conferir efetividade expressa à moralidade administrativa, sobretudo quando não existe fator de discriminação ou favorecimento em relação aos condenados pelos demais crimes, como ocorre no presente caso. 4 - Ação julgada improcedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade*





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

2018103-55.2022.8.26.0000; Relator (a): Ferreira Rodrigues; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 01/02/2023; Data de Registro: 17/02/2023)". (grifo nosso).

***“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Questionamento de validade da Emenda à Lei Orgânica do Município de Angatuba nº 01/2018, de iniciativa parlamentar, que torna obrigatória a "exigência de curso superior e da ficha limpa para ocupação do cargo de secretário municipal". Alegação de ofensa ao princípio da separação dos poderes. Rejeição. Dispositivo impugnado que não versa sobre servidores públicos e seu regime jurídico, e sim (e antes de tudo) sobre parâmetros éticos e de eficiência relacionados à aptidão para ocupação de cargo público. Exigências que devem ser interpretadas com enfoque nos princípios da eficiência, interesse público e moralidade administrativa, tal como ocorre, por exemplo, no caso de restrição decorrente de nepotismo. Matéria que não é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Alegação, ainda, de que a legislação municipal ao dispor sobre as condições para o exercício do cargo de Secretário - não poderia ampliar as exigências do artigo 51 da Carta Paulista, que prevê para cargo equivalente (no âmbito Estadual) apenas os requisitos de ser brasileiro, ter mais de 21 anos e estar no exercício dos direitos políticos. Pretendida aplicação do princípio da simetria. Rejeição. Constituição Estadual que não pode impor aos municípios, no que diz respeito à sua capacidade de auto-organização, outras restrições, além***



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*daquelas já previstas na Constituição Federal. Ação julgada improcedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2265030-37.2018.8.26.0000; Relator (a): Ferreira Rodrigues; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 27/03/2019; Data de Registro: 05/04/2019)"(grifo nosso).*

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei n. 313/2015, do Município de Coronel Macedo Legislação, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre restrições similares às da "Lei Ficha Limpa" Possibilidade Ausência de vício no processo legislativo ou de ofensa à Constituição do Estado de São Paulo Ação direta julgada improcedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2179857-50.2015.8.26.0000; Relator (a): Ademir Benedito; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 09/12/2015; Data de Registro: 16/12/2015)". (grifo nosso).*

*"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei municipal de Echaporã n. 02/2014, 8 de dezembro de 2014, que 'estabelece as hipóteses de impedimento para a nomeação, designação ou contratação, em comissão, de funções, cargos e empregos na administração pública direta e indireta do município. II Diploma que não padece de vício de iniciativa. Matéria não reservada ao Chefe do Poder Executivo. A lei local versou sobre impedimentos à nomeação para cargos de provimento em comissão ou em caráter temporário, com base nas hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei da Ficha Limpa. Essa matéria*



# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

*não se insere dentre aquelas reservadas exclusivamente à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, elencadas nos itens 1 a 6 do §2º do artigo 24 da Constituição do Estado de São Paulo e aplicáveis aos Municípios por força do artigo 144 da mesma Carta. III - Fixar impedimentos à nomeação para cargos de provimento em comissão é matéria que está na alçada da competência comum atribuída ao Poder Legislativo e Poder Executivo e passa ao largo do tema da organização da Administração Pública, esse sim privativo do Chefe do Executivo. IV Ação improcedente. Cassada a liminar." (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2011602-32.2015.8.26.0000; Relator (a): Guerrieri Rezende; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 10/06/2015; Data de Registro: 12/06/2015)" (grifo nosso).*

À vista do exame realizado, concluo que o Projeto de Lei nº 31/2026 revela-se formal e materialmente constitucional, porquanto se insere no âmbito da competência legislativa municipal para dispor sobre matéria de interesse local e proteção à infância e à adolescência, não havendo usurpação da competência da União ou dos Estados pelo fato de reproduzir, em parte, legislação federal existente. A mera reprodução normativa, quando voltada à concretização de diretrizes já estabelecidas no plano federal e adaptada ao contexto municipal, não configura vício de inconstitucionalidade.





# Câmara Municipal de Votuporanga

## PALÁCIO 8 DE AGOSTO

A exigência de certidão de antecedentes criminais para atuação em instituições que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes mostra-se adequada à concretização do princípio da proteção integral, ao passo que a disponibilização das informações aos pais e responsáveis, nos limites legais, harmoniza-se com o direito de acesso à informação, em ponderação legítima com a tutela da intimidade e dos dados pessoais. De igual modo, a vedação à contratação de pessoas condenadas por crimes dolosos contra crianças ou adolescentes, ainda que ausente o trânsito em julgado, revela-se compatível com os princípios da moralidade administrativa e da prevalência do interesse público, no contexto específico de proteção reforçada desse público vulnerável.

Diante disso, o Projeto de Lei nº 31/2026, é constitucional, sem vício de forma ou origem, atendendo ao que dispõe a legislação pertinente.

### III- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, entende-se que o Projeto de Lei nº 31/2026, atende aos pressupostos constitucionais e legais.

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Em síntese, eis o parecer. À superior consideração.

Votuporanga, 18 de fevereiro de 2026.





# Câmara Municipal de Votuporanga

*PALÁCIO 8 DE AGOSTO*

**ROSELAINE CORREIA**  
Procuradora Legislativa  
OAB/SP 368.365

